

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 00034/2025 – PMBEX
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00101/2025 – PMBEX

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Bayeux, CNPJ nº 08.924.581/0001-60, por meio da Comissão Permanente de Licitações e Contratações Públicas, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

Data e hora limite para entrega da proposta de preço: No período de 16 de julho de 2025 às 08h00 até o dia 22 de julho de 2025 às 14h00.

E-mail para envio das propostas: licitacaobayeux@gmail.com.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE KITS DE BALLET, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BAYEUX-PB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO |
|------|---|--------|-------|-------------------------|
| 1 | KITS DE BALLET, contendo: <ul style="list-style-type: none">• 1 collant infantil;• 1 saia;• 1 saia de tutu infantil;• 1 meia-calça infantil;• 1 sapatilha de ballet infantil. | 200 | UNID | R\$ 238,00 |

1.3. Havendo mais de 1 (um) item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. O critério de julgamento adotado será o *menor preço por item*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente dispensa de licitação se dará mediante envio de proposta de preços através do e-mail: licitacaobayeux@gmail.com, podendo também serem protocoladas fisicamente.

2.1.1. Os fornecedores deverão se atentar ao prazo. As propostas enviadas após o prazo estabelecido neste aviso não serão aceitas.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa de licitação se dará com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por e-mail, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados na proposta inicial serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Os licitantes poderão reenviar as propostas, mas para efeito de validade será considerada a última proposta enviada até a data e horário limite de envio;

3.9. Todos os e-mails serão respondidos como recebidos. É obrigação da licitante interessada confirmar o seu envio/recebimento. A Prefeitura Municipal de Bayeux-Pb não se responsabiliza pelo não recebimento da proposta e dos documentos solicitados.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrada a fase de envio das propostas iniciais, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada a última oferta.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. conter vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor oferta que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor que apresentar a menor proposta.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.6. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.6.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

5.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação/ratificação, caso se conclua pela contratação, será firmado emitida Nota de Empenho.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para acusar o recebimento da Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.3.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.4. O prazo de vigência da contratação é até o final do exercício financeiro, prorrogável na forma da Lei nº 14.133, de 2021, observado o crédito orçamentário de cada exercício, bem como a previsão no plano plurianual, nos termos do artigo 150 da Lei nº 14.133, de 2021, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato;

7.1.9. fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no Portal da Transparência de Bayeux, e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o envio de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as etapas do processo. As etapas serão divulgadas no Portal da Transparência de Bayeux (<https://transparencia.bayeux.pb.gov.br/app/pb/bayeux/1/licitacoes>).

8.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio das propostas observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro na documentação relativa ao procedimento.

8.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.9. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.10. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 8.10.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;
- 8.10.2. ANEXO II – Termo de Referência;
- 8.10.3. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar;

Bayeux/Pb, 16 de Julho de 2025.

TIAGO BERNARDINO DE SOUZA SILVA
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX-PB

P R E F E I T U R A
BAYEUX
O nosso tempo é agora

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;
3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, com emissão não superior a 30 (trinta) dias;
2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou liquidação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da pessoa jurídica. Caso não conste outro prazo de validade da certidão, serão aceitas certidões emitidas nos últimos 30 (trinta) dias antes da data limite de envio das propostas, descrita no preâmbulo do Edital. Caso a referida certidão não abranja Processo Judicial Eletrônico, quando já implantados na Comarca da sede da licitante, deverá ser apresentada também certidão negativa desses processos;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Comprovação de capacitação técnico-operacional da licitante (Art. 67, II da Lei 14.133/21) através de Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços ou de fornecimento, em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto da licitação.

1.1. Quando o Atestado de Capacidade Técnica for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu (emitente).

1.2. Em caso de dúvidas sobre a autenticidade dos atestados, a Administração poderá diligenciar junto aos emitentes do mesmo de acordo com o parágrafo 2º, V do Art. 59, da Lei 14.133/21.

***Verificar os requisitos contidos no Anexo II – Termo de Referência e Anexo III – Estudo Técnico Preliminar.**

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

- 1.1.1. AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE BALLET (KITS COMPLETOS) PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS CRIANÇAS MATRICULADAS NAS CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BAYEUX, COM O OBJETIVO DE SEREM UTILIZADAS DURANTE AS AULAS DE BALLET OFERTADAS COMO ATIVIDADE PEDAGÓGICA COMPLEMENTAR DA EDUCAÇÃO ATENDENDO AS DEMANDAS EMERGENCIAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE BAYEUX-PB.

2. JUSTIFICATIVA:

- 2.1.1. A presente demanda visa atender à necessidade da rede municipal de ensino de Bayeux quanto à oferta de trajes apropriados às crianças matriculadas nas creches que participam das aulas de ballet infantil.
- 2.1.2. O projeto de dança, desenvolvido como ação pedagógica complementar, tem como objetivo estimular o desenvolvimento motor, a expressão corporal, a disciplina, a criatividade e o senso de pertencimento das crianças, sendo essencial a utilização de vestuário adequado e padronizado para a realização segura e confortável das atividades.
- 2.1.3. Muitas famílias da rede pública não dispõem de condições financeiras para adquirir tais roupas, o que justifica a necessidade de a Prefeitura realizar a compra e distribuição gratuita dos kits, garantindo a equidade e participação de todos os alunos. Trata-se de medida inclusiva, com foco na promoção de uma educação integral e democrática.
- 2.1.4. Essa demanda também encontra respaldo na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)**, especialmente nos seguintes dispositivos:
- 2.1.5. **Art. 29 a 31** – Que tratam da educação infantil como primeira etapa da educação básica, com enfoque no desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social;
- 2.1.6. **Art. 26, § 6º** – Que prevê a valorização da educação artística como componente obrigatório da formação básica do cidadão, promovendo o desenvolvimento cultural dos alunos.
- 2.1.7. Adicionalmente, a medida está em consonância com os princípios constitucionais da igualdade de acesso à educação (CF/88, art. 205 e 206), da gestão democrática do ensino público e da promoção do bem-estar das crianças, garantindo-lhes condições adequadas para a participação nas atividades escolares e culturais.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS:

3.1.1. Lista com itens para Rede Municipal De Ensino:

| QUADRO DESCRITIVO | | | |
|-------------------|------------------------|------|------------|
| Item | Descrição | UND. | Quantidade |
| 1 | COLANT BALLET INFANTIL | UND. | 200 |

3.2.1. As quantidades informadas referem-se à aquisição emergencial para atender as necessidades das Creches:

| Nº | CRECHES |
|----|---|
| 1 | Creche Municipal Clotilde Rodrigues Catão |
| 2 | Creche Alice Suassuna |
| 3 | Creche Lar Luz e Vida |
| 4 | Creche Nossa Senhora Aparecida |
| 5 | Creche Nossa Senhora da Conceição |
| 6 | Creche Solar Joana de Angelis |
| 7 | Creche Cristiano Martins De Lima |
| 8 | Creche Vovó Genésia |
| 9 | Creche Mãe Manda |

4. REQUISITOS TÉCNICOS PARA CONTRATAÇÃO:

DUZENTOS KITS DE BALLET CONTENDO: COLANT INFANTIL, SAIA, MEIA CALÇA, SAPATILHA E SAIA EM TULE.

5. MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO:

5.2. Dispensa de Licitação em razão de valor, conforme indicado no ETP, considerando a eficiência e a obtenção do menor preço. O critério de julgamento será o menor preço por item.

6. CONDIÇÕES DE RECIMENTO:

6.2. O recebimento dos bens ou serviços deverá ocorrer de forma provisória, para posterior verificação de conformidade do objeto, e após poderá ser emitida a nota fiscal que será liberada para pagamento pelo Secretário competente.

Endereço: Rua Santa Tereza, nº 77- Bayeux/PB – CEP: 58306-700

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

- 7.2. Verificação das especificações técnicas.
- 7.3. Todos os tapetes devem possuir base antiderrapante.
- 7.4. Os materiais devem ser de alta durabilidade e fácil limpeza.

8. DOS PRAZOS DE ENTREGA:

- 8.2. Entrega dos itens deverá ocorrer em até 30 dias após a emissão da ordem de compra.

9. LOCAL DE EXECUÇÃO OU ENTREGA DOS ITENS

- 9.2. Objeto dessa contratação deverá ser entregue da sede da SME-BY, localizada na Rua Santa Tereza, nº 77, Sesi, Bayeux/PB, das 09:00 as 11:30 e das 13:30 as 15:00h, conforme determinado por essa Secretaria Municipal de Educação.

10. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.2. O contrato será formalizado pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado e/ou aditivado nos termos da nova Lei vigente 14.133/2021.

11. 8. GARANTIA CONTRATUAL

- 11.2. Não se aplica.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.2. Exigir cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta
- 12.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.4. comunicar por escrito a contratada por eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços fixados para sua correção;
- 12.5. Não permitir que os empregados da contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para qual o serviço seja prestado.
- 12.6. Pagar a contratada o valor resultante da prestação de serviço, no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 12.7. Efetuar as retenções tributárias devidas da nota fiscal fornecida pelas contratadas.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.2. Obrigações da Contratada:

- a) Entregar os itens e serviços na forma especificada no TR;

Endereço: Rua Santa Tereza, nº 77- Bayeux/PB – CEP: 58306-700

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

- b) atender a encargos trabalhistas previdenciários, fiscais, comerciais de responsabilidade civil decorrentes de execução do presente contrato;
- c) manter durante toda a vigência e execução do contrato, compatibilidade com as obrigações ela assumidas, todas as condições exigidas na Lei Licitatória.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.2. Não será permitida a subcontratação integral, e, ou, parcial do objeto.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.2. Os recursos para o custo da contratação serão livres, consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Educação que será indicado mediante parecer contábil.

16. DO PAGAMENTO

16.2. O pagamento será efetuado do contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Mensalmente, após execução dos serviços, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO E REALISTE

17.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de do município de Bayeux;

17.3. A nota fiscal eletrônica deverá constar a discriminação dos itens, o nº da ordem de compra e outros itens que se julgue conveniente, sem rasuras;

17.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com nº de CNPJ, apresentando documentos exigidos na fase licitatória, não se admitindo Notas Fiscais emitidas por outro CNPJ, mesmo aquele de filiais ou matriz.

17.5. A liberação do pagamento fica condicionada a apresentação de: Prova de regularidade de débito relativa à Seguridade Social INSS e Federal (CND Conjunta) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

17.6. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133 /2021 do ART nº 75 II, a Contratada que:

- 18.2.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da
- 18.2.2. contratação;
- 18.2.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.2.4. fraudar na execução do contrato;
- 18.2.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 18.2.6. cometer fraude fiscal;
- 18.2.7. não manter a proposta.

Endereço: Rua Santa Tereza, nº 77- Bayeux/PB – CEP: 58306-700

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

- 18.3. A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.4. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos;
- 18.5. Multa moratória de 05 % (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

Bayeux, 30 de junho de 2025.



Silvia Sales

Diretoria Administrativo Financeira

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

ANEXO III – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda regular que consta no Documento de Formalização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação. Referência: Art. 18 da Lei 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1.1. A presente demanda visa atender à necessidade da Rede Municipal De Ensino de Bayeux quanto à oferta de **trajes apropriados** às crianças matriculadas nas creches que participam das aulas de ballet infantil.
- 1.1.2. O projeto de dança, desenvolvido como ação pedagógica complementar, tem como objetivo estimular o desenvolvimento motor, a expressão corporal, a disciplina, a **criatividade** e o **senso de pertencimento** das crianças, sendo essencial a utilização de **vestuário adequado** e padronizado para a realização **segura** e confortável das atividades.
- 1.1.3. **Muitas famílias da rede pública não dispõem de condições financeiras** para adquirir tais roupas, o que justifica a necessidade de a Prefeitura realizar a compra e distribuição gratuita dos kits, garantindo a equidade e participação de todos os alunos. Trata-se de medida inclusiva, com foco na promoção de uma educação integral e democrática.
- 1.1.4. Essa demanda também encontra respaldo na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)**, especialmente nos seguintes dispositivos:
- 1.1.5. **Art. 29 a 31** – Que tratam da educação infantil como primeira etapa da educação básica, com enfoque no desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social;
- 1.1.6. **Art. 26, § 6º** – Que prevê a valorização da educação artística como componente obrigatório da formação básica do cidadão, promovendo o desenvolvimento cultural dos alunos.
- 1.1.7. Adicionalmente, a medida está em consonância com os princípios constitucionais da igualdade de acesso à educação (CF/88, art. 205 e 206), da gestão democrática do ensino público e da promoção do bem-estar das crianças, garantindo-lhes condições adequadas para a participação nas atividades escolares e culturais.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

2. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente aquisição de Kits Completos De Ballet se justifica com base na demanda atual observada nas dependências das creches do município. A estimativa das quantidades foi realizada com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o número de crianças regularmente matriculadas nas creches da rede municipal de ensino que participarão das aulas de ballet como atividade pedagógica complementar.
- 2.2. Será considerada uma margem técnica adicional de até 5% para eventuais trocas, ajustes de tamanho ou novas matrículas, podendo o quantitativo final ser ajustado no Termo de Referência conforme a necessidade da Secretaria.

QUADRO DESCRITIVO

| Item | Descrição | UND. | Quantidade |
|------|-------------|------|------------|
| 1 | KITS BALLET | UND. | 200 |

- 2.2.1. As quantidades informadas referem-se à aquisição emergencial para atender as necessidades das Creches do município de Bayeux:

| Nº | CRECHES |
|----|---|
| 1 | Creche Municipal Clotilde Rodrigues Catão |
| 2 | Creche Alice Suassuna |
| 3 | Creche Lar Luz e Vida |
| 4 | Creche Nossa Senhora Aparecida |
| 5 | Creche Nossa Senhora da Conceição |
| 6 | Creche Solar Joana de Angelis |
| 7 | Creche Cristiano Martins De Lima |
| 8 | Creche Vovó Genésia |
| 9 | Creche Mãe Manda |

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

| 3. ÁREA REQUISITANTE | |
|-------------------------------------|-------------------|
| SETOR | RESPONSÁVEL |
| Diretoria Administrativo Financeira | Sílvia Sales |
| Diretoria de Gestão Escolar | Amanda Pereira |
| Diretoria Pedagógica e Curricular | Adriege Rodrigues |

| 4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL |
|---|
| 4.1. Não há previsão do objeto de contratação no Plano de Contratações Anual, pois está atualmente em sua fase de estruturação para futura implementação. |

| 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO |
|---|
| <p>5.1.1. A presente contratação deverá atender aos seguintes requisitos técnicos, operacionais e administrativos, visando garantir a qualidade do objeto, a padronização dos materiais e o atendimento eficiente às necessidades das creches da Rede Municipal de Ensino de Bayeux:</p> <p>5.1.2. DUZENTOS KITS DE BALLET CONTENDO: COLANT INFANTIL, SAI HELANCA, MEIA CALÇA, SAPATILHA E SAIA EM TULE.</p> <p>Tipo de produto: Kits Completos De Ballet.</p> <p>Aquisição de kits completos de roupas de ballet, compostos por:</p> <ul style="list-style-type: none">• 1 Collant infantil;• 1 Saia• 1 saia de tutu infantil;• 1 Meia-calça infantil;• 1 Sapatilha de ballet infantil; |

Endereço: Rua Santa Tereza, nº 77- Bayeux/PB – CEP: 58306-700

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

Os tamanhos deverão ser compatíveis com a faixa etária atendida nas creches (aproximadamente 2 a 5 anos), respeitando a diversidade de medidas corporais infantis.

A arte será enviada pela Secretaria Municipal de Educação antes da produção.

2. Requisitos de Qualidade

- Roupas confeccionadas com material adequado à prática de dança e conforto infantil;
- Variedade de tamanhos conforme tabela infantil padrão;
- Entrega por tamanho conforme planilha a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Educação;
- Garantia de qualidade e durabilidade dos itens;
- Entrega em local indicado pela Secretaria.
- Deve possuir certificação de segurança para uso infantil, isento de materiais tóxicos ou abrasivos;
- Amostras poderão ser solicitadas para verificação de qualidade antes da produção em escala.

Vale acentuar que os demais requisitos referentes à especificação do objeto devem estar pormenorizados no Termo de Referência a ser elaborado pela área requisitante.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 1.1. A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a dispensa de licitação em casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada a necessidade de pronto atendimento para evitar prejuízos à administração pública ou comprometer a continuidade dos serviços essenciais.
- 1.2. O cumprimento das exigências acima é essencial para garantir a qualidade e segurança na prestação dos serviços contratados.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

- 2.3. Conforme indicado no item 2.1 a quantidade dos itens de kits de ballet se justifica uma vez que serão destinados referem-se à aquisição emergencial para atender as necessidades das Creches.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A pesquisa do objeto de contratação foi realizada com o objetivo de obtermos produtos que atendam aos objetivos e necessidades dos Serviços da Secretaria de Municipal de Educação, Das Unidades Escolares e das Creches. Para tanto, foram considerados produtos disponíveis no mercado, similares e/ou de melhor qualidade no Municipal de Bayeux, que vem atendendo satisfatoriamente as unidades.
- 3.2. O preço estimado inicialmente tem por objetivo servir de parâmetro para a análise de custo-benefício da contratação.
- 3.3. A etapa de pesquisa de preços será conduzida pelo Setor de Compras, designado como o responsável por esse procedimento. A equipe do Setor de Compras será encarregada de realizar uma pesquisa minuciosa, a fim de obter informações relevantes sobre os preços praticados no mercado para os itens em consideração. A pesquisa de preços será elaborada de maneira criteriosa, visando coletar informações precisas e atualizada do mercado. Com base nessas informações, o Setor de Compras desenvolverá um mapa comparativo, onde os preços, especificações e demais detalhes pertinentes serão apresentados de forma clara e organizada. Após a conclusão da pesquisa e a compilação do mapa comparativo, os resultados serão devidamente documentados e inseridos nos autos do processo no momento apropriado, conforme os procedimentos regulamentados.

4. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Não há a necessidade de agrupamento dos itens, tampouco parcelamento da solução, tendo em vista que um único item é suficientemente claro e preciso para o atendimento da demanda.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO

5. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 5.1. Com a aquisição dos **Kits Completos De Ballet** para as crianças matriculadas nas Creches Da Rede Municipal De Ensino Do Município de Bayeux, espera-se alcançar os seguintes resultados:
- 5.2. **Garantia de acesso equitativo** ao uniforme necessário para a participação nas aulas de ballet, sem distinção socioeconômica entre os alunos;
- 5.3. **Valorização das atividades pedagógicas complementares**, em especial o ballet como instrumento de desenvolvimento físico, motor, emocional e social das crianças;
- 5.4. **Padronização e organização visual das apresentações** realizadas em eventos escolares e culturais promovidos pelas unidades de ensino, fortalecendo o sentimento de pertencimento das crianças;
- 5.5. **Aumento da participação e do engajamento infantil** nas atividades extracurriculares, promovendo maior motivação e permanência no ambiente escolar;
- 5.6. **Apoio direto à política pública de inclusão e estímulo à cultura**, integrando práticas artísticas ao processo educacional infantil;
- 5.7. **Atendimento eficaz à demanda emergencial identificada**, contribuindo para a melhoria da qualidade da oferta educacional nas creches municipais;
- 5.8. **Redução de desigualdades**, promovendo o acesso universal ao material necessário à participação em projetos culturais ofertados pela rede municipal de ensino.
- 5.9. Com esses resultados, reforça-se o compromisso da Secretaria Municipal de Educação com uma educação infantil inclusiva, integral, lúdica e de qualidade, alinhada às diretrizes curriculares nacionais.

6. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 1.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, sendo a contratação gerenciada diretamente entre a Administração Pública e o fornecedor.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX
GABINETE DO SECRETÁRIO


7. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.2. Assim, considerando o exposto, e a existência de recursos orçamentários para cobertura do mesmo, entendemos ser VIÁVEL e NECESSÁRIA a contratação demandada.

8. ENCAMINHAMENTO

1.3. A Equipe de Planejamento diante do exposto, encaminha os Estudos Preliminares, para aprovação e prosseguimento da contratação pretendida.

Bayeux, 30 de junho de 2025.



Silvia Sales

Diretoria Administrativo Financeira



Amanda Pereira

Diretoria de Gestão Escalar



Adriège Matias Rodrigues

Diretoria Pedagógica E Curricular